

# Economia.

**Aeroportômetro**
**7 1 5**

dias para a conclusão da obra

 EDITORA:  
**JOYCE MERIGUETTI**  
 jmeriguetti@redgazeta.com.br  
 Tel.: 3321.8327

**DE PIRES NA MÃO**

## MUNICÍPIOS SÃO DEPENDENTES DE REPASSES

Das 78 cidades do ES, 69 têm mais de 70% das receitas vindo de União e Estado

 // BEATRIZ SEIXAS  
 bseixas@redgazeta.com.br

Dos 78 municípios capixabas, 69 são altamente dependentes dos repasses federais e estaduais, com mais de 70% das suas receitas compostas por transferências de recursos oriundos, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Esse quadro, comum a outros estados brasileiros, é fruto, na visão de especialistas, da estrutura de governo criada no país, que concentra a arrecadação na União, mas divide os gastos entre as cidades e os entes federativos. Somado a isso, a ineficiência na arrecadação municipal e o pouco espaço para incrementar as receitas, especialmente em municípios menores, ditam o tom do grau de dependência que vem se intensificando nos últimos anos.

O anuário Finanças dos Municípios Capixabas mostra que 13 cidades do Estado são reféns das transferências de outras esferas de governo, em mais de 90% da receita. É o caso de Rio Bananal (92,86%) e Sooretama (92,04%), por exemplo.

Na outra ponta, aparecem Presidente Kennedy, com 24,06% da composição da sua receita vinda de União e Estado; Marataízes, com 41,85%; e Itapemirim, 43,66%. Todos eles têm em

### DE ONDE VEM O DINHEIRO

#### Receitas e repasses

As receitas dos municípios são compostas por recursos arrecadados pela prefeitura e governos estadual e federal. Quanto menos receita própria (tributária), mais dependente a cidade é dos repasses. Dos 78 municípios capixabas, 65 têm uma dependência das transferências da União e do Estado em mais de 80%

#### Entenda

##### ▼ Receita tributária

É a receita própria do município. Arrecada por meio de impostos, como IPTU, ISS e ITBI

##### ▼ Transferências

São os recursos que a prefeitura recebe das outras esferas de governo. Arrecada por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ICMS, IPVA, repasses do SUS, convênio, entre outros.

#### GRAU DE DEPENDÊNCIA

- 1 município depende de **24,06%** de repasses de receitas da União e do Estado
- 2 municípios dependem de **41,85%** a **43,66%** de repasses de receitas da União e do Estado
- 6 municípios dependem de **62,25%** a **67,94%** de repasses de receitas da União e do Estado
- 4 municípios dependem de **70,04%** a **73,82%** de repasses de receitas da União e do Estado
- 52 municípios dependem de **81,02%** a **89,95%** de repasses de receitas da União e do Estado
- 13 municípios dependem de **90,12%** a **92,86%** de repasses de receitas da União e do Estado

comum a elevada arrecadação com participações especiais e royalties do petróleo.

Para o professor de Administração Pública da Universidade de Brasília (UnB) José Matias-Pereira, o chamado federalismo fiscal chegou ao seu limite. "O que estamos assistindo é um processo crescente de enfraquecimento dos Estados e municípios. Há no Brasil uma dificuldade enorme

dos governantes e políticos, e isso é cultural, de entenderem que as coisas acontecem nos municípios."

A dependência passa também pela falta de gerência dos municípios sobre os repasses. Por lei, o dinheiro é deles, mas na prática não é bem assim. Quando a União resolve reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (parte importante do FPM), o que aconteceu mui-

to nos últimos anos, boa parte dessa desoneração sai do bolso das cidades, que pouco podem fazer para evitar a sangria. Algo parecido acontece com o ICMS, regido pelos Estados.

Em meio à crise, a situação torna-se ainda mais dramática para as administrações municipais, que estão vendo os repasses mingua-

prestados à população.

O presidente da Amunes, Dalton Perim, defende a urgência de reformas no pacto federativo. "Como é hoje há uma sobrecarga de obrigações para as prefeituras, sem haver um repasse na mesma proporção de receitas. É preciso um novo entendimento", frisa ao observar a necessidade de mudanças nos modelos de gestão, buscando eficiência e austeridade.

### PARA POUCOS

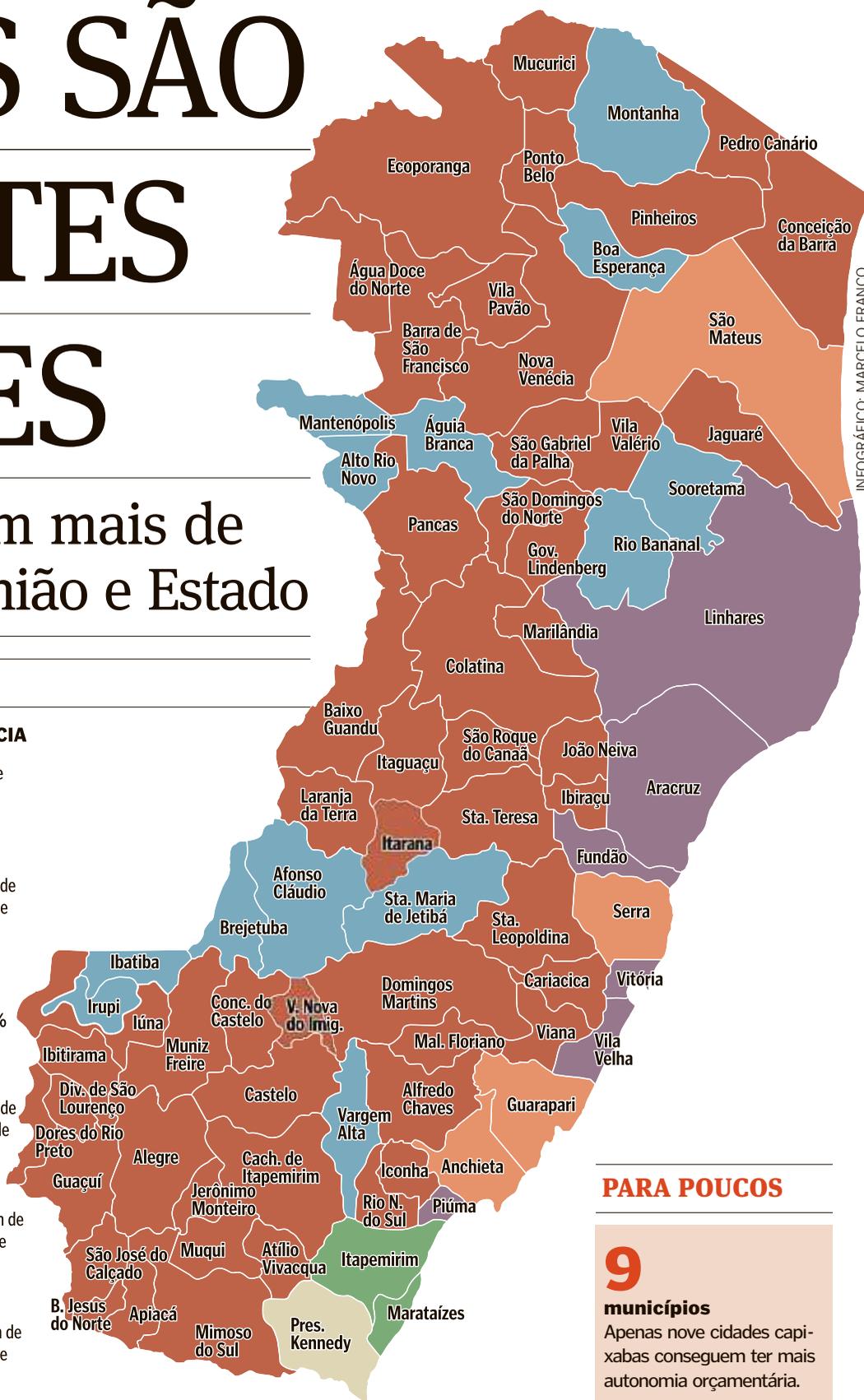
**9**

#### municípios

Apenas nove cidades capixabas conseguem ter mais autonomia orçamentária.

*"Estamos assistindo a um processo crescente de enfraquecimento dos Estados e municípios. Há uma dificuldade enorme de entender que as coisas acontecem nos municípios"*

**JOSÉ MATIAS-PEREIRA**  
 ESPECIALISTA EM  
 FINANÇAS PÚBLICAS



FONTE: ANUÁRIO FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

## DE PIRES NA MÃO

# Especialistas defendem fusão de cidades

Na visão deles, há um excesso de municípios, e isso está ligado a questões políticas

▀ BEATRIZ SEIXAS  
bseixas@redgazeta.com.br

A dependência dos municípios em receber recursos de outras esferas de governo também está ancorada na municipalização excessiva no Brasil. É o que acreditam os especialistas Hugo Júnior Brandiã, professor da Ufes e mestre em Administração Pública, e José Matias-Pereira, professor de Administração Pública da Universidade de Brasília (UnB).

Pereira avalia que muitas das cidades existentes não têm base do ponto de vista do comércio, da indústria e de outros pilares

## FRAGILIDADE

*“O município fica fragilizado e refém dos governos estadual e federal. Quem sofre é a população, que sustenta tudo isso”*

HUGO BRANDIÃO  
PROFESSOR DA UFES

que sejam capazes de gerar indicadores que justifiquem a sobrevivência após a emancipação.

“A criação dos municípios está relacionada à disputa de status político. Quando isso acontece, ou seja, quando você coloca o interesse político-partidário para criação de municí-

pios, pode ter certeza que isso não vai dar certo.”

Essa visão é compartilhada por Brandiã, que chama de descabro a situação que envolve o número elevado de cidades, com a alta dependência de repasses. “Houve um fatiamento excessivo do espaço geográfico por conta de políticas equivocadas, na tentativa, em muitos casos, de se formarem currais eleitorais”, dispara.

Para o professor da Ufes, muitas cidades deveriam ser fundidas para passarem a ter uma estrutura mais enxuta, segura e sólida. “Caso contrário, o município fica fragilizado e refém dos governos estadual e federal. Quem sofre é a população, justo ela que sustenta tudo isso.”



CARLOS ALBERTO SILVA - 12/12/2013

92% da receita de Sooretama, que até 1994 pertencia a Linhares, vêm de repasses

Repensar a formação dos municípios bem como o pacto federativo é uma demanda que tem que estar na agenda do país, na avaliação dos especialistas em gestão pública. “Muita coisa tem que ser repensada urgentemente. Precisamos que alguém lidere a discussão. Acho até que cabe a realização de uma constituinte, de modo a agregar um pacto coletivo,

com interesses de todas as esferas postos na balança”, sugere Brandiã.

O professor da UnB alerta que, se mudanças nesse sentido não forem tomadas, no médio prazo o número de prefeituras que vão perder a capacidade de pagar seus servidores e fornecedores será enorme.

A economista e editora do anuário Finanças dos Municípios Capixabas, Tâ-

nia Villela, endossa o discurso sobre o desequilíbrio existente na repartição das receitas. “Estados e municípios têm aumentado as suas obrigações mais do que as suas receitas. Enquanto as obrigações da União estão reduzindo e a receita aumentando. Há um desequilíbrio na dinâmica de crescimento da responsabilidade e do financiamento dos municípios e Estados.”